

ESCÂNDALO DO MEC

Pacheco diz que avaliará CPI

Presidente do Senado destaca gravidade das denúncias sobre a pasta. Parlamentar afirma que polarização política desvirtuou o Brasil

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa, Portugal — O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que, assim que for comunicado oficialmente sobre o pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar irregularidades no Ministério da Educação (MEC), seguirá todos os trâmites previstos em lei. Para ele, os fatos revelados até agora, que resultaram na prisão do ex-ministro Milton Ribeiro e de dois pastores ligados ao presidente Jair Bolsonaro, são gravíssimos.

“O líder da oposição, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), me telefonou ontem e disse que estava coletando assinaturas e já teria o número suficiente (para a instalação da CPI do MEC), mas que não teria apresentado ainda o requerimento, o que fará na próxima semana”, disse.

Assim que todo o processo for concluído, acrescentou Pacheco, tudo será examinado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado, como recomenda o requerimento. “Então, haverá uma decisão”, afirmou Pacheco, que está em Lisboa, onde participa de uma série de seminários. O Palácio do Planalto aproveita essa ausência do presidente do Senado do país para esvaziar o movimento a favor da CPI.

Pacheco reconheceu que a situação é grave. “Precisa ser investigada, e os culpados devem ser responsabilizados na forma da lei”, enfatizou.

Na quarta-feira, Milton Ribeiro foi preso pela Polícia Federal, suspeito de crime de

Ed Alves/CB



Pacheco enfatizou que os envolvidos têm o direito de se defenderem, sem prejulgamento, garantindo o devido processo legal

corrupção passiva, prevaricação e advocacia administrativa. Ele comandaria um esquema de distribuição de verbas do ministério em parceria com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, também presos. Os três foram liberados, na quinta-feira, por decisão judicial.

Para o presidente do Senado, todos os acusados de corrupção no MEC — propinas teriam sido pagas em barras de ouro e dentro

de Bíblias — têm o direito de se defenderem, sem prejulgamento, garantindo o devido processo legal, do contraditório, segundo os princípios constitucionais. “Mas é um fato grave, que precisa ser investigado pelas autoridades competentes”, frisou.

Políticas sociais

Ao falar sobre suas perspectivas sobre o futuro das relações entre

Bicentenário

A conferência da qual o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, participou integra o calendário de comemorações conjuntas do Bicentenário da Independência, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, no centro de Lisboa.

Brasil e Portugal. Pacheco elogiou dois programas dos governos petistas, o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, que, na avaliação dele, tiveram forte impacto social no país, ajudando a reduzir a pobreza e a desigualdade de renda.

Segundo ele, para pensar o futuro é preciso olhar o passado e ver que, nas últimas décadas, o Brasil obteve conquistas importantes, decorrentes

de programas acertados de vários governos.

Além do Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida, que foram extintos na administração de Jair Bolsonaro, foram vitais para o país o Plano Real, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que debelou a hiperinflação, e as seguintes reformas estruturais, sobretudo a da Previdência Social, aprovada em 2019.

O parlamentar ressaltou, porém, que é preciso avançar mais, pois os desafios para o bem-estar da população aumentaram substancialmente depois da pandemia do novo coronavírus, que não acabou, e da guerra na Ucrânia, que trouxe de volta a inflação. Pelos seus cálculos, 33 milhões de brasileiros vivem hoje na miséria — mais de três vezes a população de Portugal.

Para o presidente do Senado, o Brasil se ressentia hoje da falta de planejamento estratégico, pois a ideologia tem se sobreposto ao técnico nas tomadas de decisões. No entender dele, a polarização política desvirtuou o Brasil do crescimento econômico sustentado, por isso, as instituições, incluindo o Congresso, devem trabalhar para desatar os nós que travam a economia, como o sistema tributário, cuja reforma esbarra em vários interesses.

Esse planejamento, disse Pacheco, requer diálogo, sem viés ideológico. É isso que fará as empresas retomarem os investimentos e a criarem empregos. O Brasil tem mais de 11 milhões de desempregados. As incertezas políticas agravam a situação, pois os donos do dinheiro não querem correr riscos ao ampliarem seus negócios.

JUSTIÇA MILITAR

Em defesa da democracia

Arquivo Pessoal



A ministra do Superior Tribunal Militar (STM) Maria Elizabeth Rocha fez longo discurso em defesa da democracia, em almoço para empresários organizado pelo grupo Lide, ontem, no Rio de Janeiro.

Primeira mulher nomeada para o STM após mais de um século de cadeiras ocupadas somente por homens, Maria Elizabeth citou teses do livro *Como as democracias morrem*, como o solapamento de regimes democráticos por meio de estresses no limite da legalidade e não pelas armas, como no passado. A fala vem em meio à escalada de tensões entre o governo do presidente Jair Bolsonaro e integrantes do Judiciário, sobretudo com relação ao sistema eleitoral.

“Democracias têm sido subvertidas por líderes autoritários que terminam por transformá-las em regimes autoritários sem precisar de armas”, disse Maria Elizabeth, em alusão direta ao livro dos autores americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt.

Ironicamente, disse ela, a “hecatombe da democracia” viria de argumentos cobertos por vernizes de legitimidade, como o

Democracias têm sido subvertidas por líderes autoritários que terminam por transformá-las em regimes autoritários sem precisar de armas”

Maria Elizabeth Rocha,
ministra do STM

“combate à corrupção” ou “proteção à segurança nacional”. Ambos os pontos foram usados pelo regime militar de 1964 e são comumente evocados por Bolsonaro.

A ministra do STM não mencionou Bolsonaro ou qualquer outro membro do governo nos cerca de 20 minutos de discurso, mas falou em ameaças à democracia e desafios impostos pelo crescimento das interações em redes sociais, que desafiam as instituições. O fenômeno, que tem ligação umbilical com o bolsonarismo, foi definido por Maria Elizabeth como “inusitado”.

Por mais de uma vez, ela disse

que, apesar de eventuais falhas, não existe regime político mais eficiente que a democracia, cuja importância “afloresce” quando ameaçada. “Alternância do poder, sufrágio e liberdade de expressão, entre outros, são fundamentais para a vida em sociedade”, disse ela.

“A pergunta que não quer calar é quais seriam as nossas alternativas em outro cenário (que não a democracia)? Um acordo imposto por fascistas traria paz social? Estou certa que não”, sustentou, arrancando aplauso efusivo da plateia ao fim da explanação.

Noutro momento do discurso, a ministra citou como retrocesso a prática da “ponderação de direitos”, na palavras dela, quando se ultrapassa legalmente direitos constitucionais conquistados pela sociedade.

“Resgatar regimes democráticos solapados demanda tempo”, ressaltou. “Para que a nossa redemocratização perdure, deve existir condições para uma sociedade livre e viva, em que governantes e governados devem se sujeitar ao Estado de direito”, acrescentou.

ESCOLA CANADENSE BILÍNGUE

Ensino com imersão em inglês desde cedo.

A Maple Bear tem ensino bilíngue de verdade, com imersão em inglês desde o primeiro dia.

Agende uma visita

maplebear.com.br

MapleBear
Canadian School